

**Entre o “Princípio Protestante” e o Fundamentalismo:  
uma análise histórico-teológica do protestantismo e  
suas implicações contemporâneas<sup>1</sup>**

**Between the “Protestant Principle” and Fundamentalism:  
A Historical-Theological Analysis of Protestantism and  
Its Contemporary Implications**

*Pablo Fernando Dumer<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Este artigo examina a relação entre protestantismo e política no Brasil, explorando a trajetória histórica e as implicações contemporâneas dessa interação. Inicialmente, analisa as ideias de Rubem Alves e Paul Tillich sobre o “princípio protestante” e sua capacidade crítica. Em seguida, discute a transformação do protestantismo brasileiro em uma força dogmática e conservadora, especialmente após o golpe civil-militar de 1964. Por fim, avalia o impacto político das igrejas evangélicas e a ascensão do fundamentalismo religioso, destacando os desafios à democracia e à laicidade do Estado. Os resultados sugerem uma evolução significativa do protestantismo brasileiro, com implicações importantes para o debate público e a governança democrática. O artigo objetiva inspirar futuras pesquisas a fim de explorar as diversas correntes protestantes e formas de recuperar seu papel crítico na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE**

Protestantismo; Fundamentalismo; Rubem Alves; Paul Tillich.

---

<sup>1</sup> Este artigo utiliza resultados da pesquisa de doutorado em teologia do autor, “Epistemologia da Graça: um estudo do pensamento de Paul Tillich e suas contribuições à teologia protestante brasileira”, apoiada com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), inclusive utilizando trechos específicos, e inéditos em publicação, de seu terceiro capítulo, modificando-os e reorganizando-os conforme os interesses desse artigo.

<sup>2</sup> O autor é doutor em teologia fundamental-sistemática pela Faculdades EST. Mestre em teologia e história e bacharel em teologia. Realizou seu doutorado com apoio de bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É especialista em filosofia contemporânea. Atualmente estudante de licenciatura em ciências da religião. São Leopoldo, RS.

## ABSTRACT

This article examines the relationship between Protestantism and politics in Brazil, exploring the historical trajectory and contemporary implications of this interaction. Initially, it analyzes the ideas of Rubem Alves and Paul Tillich regarding the “Protestant principle” and its critical capacity. Subsequently, it discusses the transformation of Brazilian Protestantism into a dogmatic and conservative force, especially after the civil-military coup of 1964. Finally, it assesses the political impact of evangelical churches and the rise of religious fundamentalism, highlighting the challenges to democracy and the secular nature of the state. The results suggest a significant evolution of Brazilian Protestantism, with important implications for public debate and democratic governance. The article aims to inspire future research to explore the diverse Protestant currents and ways to recover its critical role in society.

## KEYWORDS

Protestantism; Fundamentalism; Rubem Alves; Paul Tillich.

## Considerações iniciais

Desde a proclamação da República em 1889 e a consequente separação entre Igreja e Estado, a religião protestante tem moldado e influenciado a política brasileira de maneiras diversas e complexas. A questão da sobrevivência do protestantismo na América Latina, levantada por Rubem Alves em 1970 e antes dele por Paul Tillich em 1962, continua a reverberar no cenário contemporâneo. Alves, um teólogo mineiro de formação presbiteriana, experimentou diretamente as implicações do apoio protestante ao golpe civil-militar de 1964 e refletiu criticamente sobre essa aliança em seus escritos.

O envolvimento político das igrejas protestantes no Brasil se intensificou de forma notável a partir da década de 1980, culminando em uma significativa presença evangélica na política nacional, especialmente visível durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Este período marcou a ascensão de figuras evangélicas a posições de poder e a implementação de um projeto político-religioso que influencia profundamente o debate público e as ações governamentais. No entanto, essa crescente influência levanta questões sobre a relação entre religião e democracia no Brasil, e se tal envolvimento compromete os princípios de um Estado laico.

Este artigo tem como objetivo explorar a trajetória histórica do protestantismo no Brasil, analisando as críticas de Rubem Alves e Paul Tillich ao papel da religião na política. Busca-se entender o impacto das igrejas evangélicas na política brasileira recente e discutir as implicações desse envolvimento para a democracia no país. Além disso, o artigo pretende investigar se o protestantismo brasileiro, em sua forma atual, pode manter seu “princípio” crítico frente à dogmatização e às alianças com estruturas de poder.

O artigo está organizado em quatro seções. Na primeira seção, “O Protestantismo e sua Relação com a Política no Brasil”, o problema da pesquisa é contextualizado ou seja, o questionamento sobre a relação entre o protestantismo e a política brasileira e por que isso desperta à pesquisa. Na segunda seção, “O Protestantismo como ‘Princípio’: uma leitura de Alves e Tillich”, são discutidas as ideias dos autores sobre o protestantismo e sua capacidade de crítica

e renovação a partir de textos-chave sobre o tema. A terceira seção, “Do ‘Princípio Protestante’ à Dogmatização: uma história de endurecimento do protestantismo”, traça a história de como o protestantismo no Brasil se transformou em uma força conservadora e dogmática. Por fim, na quarta e última seção, “O Fundamentalismo como uma Ameaça à Democracia Brasileira”, é analisado o impacto político do crescimento das igrejas evangélicas e suas implicações para a democracia. As considerações finais apresentarão uma reflexão sobre o futuro do protestantismo no Brasil e suas possibilidades de contribuir para um debate democrático plural e inclusivo.

## 1. O Protestantismo e sua Relação com a Política no Brasil

Investigar a respeito do protestantismo não é uma matéria fácil, especialmente para um pesquisador protestante. O eloquente teólogo protestante brasileiro Vítor Westhelle observa que o próprio ato de efetuar uma investigação acerca da teologia protestante é “dissecar a própria carne” e, com isso, revelar “as estranhas onde habitam doenças”.<sup>3</sup> A teologia também pode ser compreendida como territorialidade e, como espaço, é demarcada por fronteiras que são mais ou menos rígidas.<sup>4</sup> A investigação deste artigo é sobre fronteiras que se abrem e fronteiras que se fecham.

Há algum futuro para o protestantismo na América Latina? Este é o título de um texto de 1970 de Rubem Alves publicado em *Dogmatismo e Tolerância*. Rubem Alves não foi o primeiro a fazer essa pergunta, isto é, pelo fim do protestantismo. Antes dele, Paul Tillich, teólogo teutoestadunidense que certamente influenciou de alguma forma o pensamento de Alves, já havia perguntado em 1962, este publicado em *A Era Protestante*. E a pergunta não cessou após Rubem Alves. Ainda hoje a pergunta pela sobrevivência do protestantismo (ou melhor dizendo, de seu “princípio”) ainda tem sua relevância.

Rubem Alves foi um teólogo mineiro e de formação presbiteriana que sentiu na pele a aliança do protestantismo com o golpe civil-militar de 1964 e seu subsequente regime. A forma como essa aliança o marcou é perceptível nos seus textos posteriores e ainda mais quando ele deixa de lado a escrita teológica formal para falar das coisas que valem a pena, conforme o próprio se referia. Mesmo *Dogmatismo e Tolerância* deixa transparecer diversas vezes a experiência pessoal de Rubem Alves com o protestantismo de repressão civil-militar e, acrescenta-se, religiosa. Alianças semelhantes não foram inéditas em 1964, nem mesmo foram superadas depois de 1988 com a promulgação da Constituição democrática.

O protestantismo que Tillich se refere também havia feito aliança com o nazismo em 1934. Tillich sofreu a repressão tendo que emigrar aos Estados Unidos. Outros teólogos e lideranças foram ainda mais perseguidos, como foi o caso de Dietrich Bonhoeffer, assassinado pelo regime nazista. É preciso atentar-se ainda que mesmo a gênese do protestantismo no século XVI havia feito a aliança com os príncipes contra os camponeses.

No dia 17 de abril de 2016, quando ocorreu a votação na câmara dos deputados federais a respeito do processo de *impeachment* do mandato da então presidenta Dilma Rousseff, chamou

<sup>3</sup> WESTHELLE, Vítor. *O evento igreja: chamado e desafio a uma igreja protestante*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2017, p. 7.

<sup>4</sup> WESTHELLE, 2017, p. 9-10.

a atenção, durante os votos dos deputados, a invocação de símbolos teológicos conservadores. Desse processo, de 2016, emergiu uma presença evangélica – “protestante” – na política brasileira que culminou com a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro.

O engajamento político de numerosas igrejas foi notável e estas foram recompensadas pelo compromisso do candidato, depois presidente, com o projeto político-religioso pela indicação de quadros oriundos desse setor para ministérios de Estado, como Damares Alves, no Ministério da Família, ou posteriormente Milton Ribeiro, no Ministério da Educação. Sobressai, contudo, a indicação do então Ministro da Justiça, André Mendonça, para ocupar a cadeira no Supremo Tribunal Federal, de forma a atender uma promessa de Bolsonaro em indicar um ministro “terrivelmente evangélico” para a Suprema Corte brasileira.

Os exemplos poderiam ser numerosos para exemplificar o envolvimento e correlação de forças conservadoras entre política e religião. É digno de reflexão, entretanto, que a religião cristã, particularmente “evangélica”, angariou nos anos recentes uma presença e importância de grande magnitude na política brasileira, pautando debates e a performance de atores do poder político de todos os poderes constitucionais. Dado o recente desenvolvimento histórico, não existe mais a possibilidade de se falar na democracia brasileira sem levar em conta e refletir seriamente sobre o papel das igrejas na sociedade e em quais termos se dá a relação entre a religião e o Estado.

Não se trata, bem dizer, de um acidente histórico. A história do cristianismo como um todo, mas especialmente na América Latina e no Brasil se deu como um projeto de aliança com o poder colonizador e escravagista, composto por conversões forçadas e anulações violentas das identidades indígenas e africanas. O catolicismo, que havia se constituído como religião hegemônica desde a história colonial brasileira viu esse quadro mudar desde a proclamação da República em 1889 e a separação constitucional entre Igreja e Estado que garantiu liberdade religiosa. Essa mudança atraiu numerosos projetos missionários, particularmente dos Estados Unidos, com o objetivo de evangelizar a população brasileira através de um discurso anticatólico e de negação da identidade católica como genuinamente cristã.

Os projetos missionários oriundos dos Estados Unidos traziam consigo o projeto fundacional dos chamados “pais peregrinos” em criar, naquelas terras, “uma civilização cristã segundo o modelo protestante”.<sup>5</sup> O “destino manifesto”, como ideologia geopolítica estadunidense, também possuía um significado de expansão de visão religiosa.<sup>6</sup> Essa visão religiosa pretendia “fundar uma sociedade sobre o pacto entre Deus e o povo, espelhado na aliança veterotestamentária e lastreado por uma promessa”.<sup>7</sup>

Na verdade, as igrejas protestantes que já estavam no Brasil ainda no período do Império se posicionavam no campo liberal e republicano, apoiando movimentos antimonarquistas e pela liberdade religiosa e laicidade do Estado. O campo, porém, mudou substancialmente desde a ditadura civil-militar brasileira, quando as igrejas “racharam” entre os setores que apoiavam e setores que resistiam à repressão política.

<sup>5</sup> MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 54.

<sup>6</sup> MENDONÇA, 1984, p. 57.

<sup>7</sup> BURITY, Joanildo. Ainda uma chance para o “princípio protestante”? Sobre fé, ideologia e muitas histórias pelo meio... e nas margens. p. 69-91. In: REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von. *Reforma: tradição e transformação*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2016, p. 82.

Quando Rubem Alves, portanto, se pergunta pelo futuro do protestantismo, em 1970, é como se perguntasse pelo futuro de um protestantismo diante de sua aliança com estruturas de violência. É também o mesmo fundo da pergunta de Tillich. E é ainda a motivação de uma pergunta atual pelo futuro do protestantismo.

## 2. O Protestantismo como “Princípio”: uma leitura de Alves e Tillich

Ao escrever o texto “Há algum futuro para o protestantismo na América Latina” em 1970, Rubem Alves partia de uma hipótese preocupante. Para o teólogo, “as crises que no presente estão fraturando as igrejas protestantes históricas em nosso continente nos levar a duvidar, seriamente, que o Protestantismo esteja a caminho de algum futuro que possa ser descrito como de alguma significação positiva”. Tillich também havia perguntado em face à contradição da estratificação do protestantismo e a situação do proletariado de sua época. O protestantismo era, para Alves, prisioneiro de seu passado e incapaz de “responder criativamente à situação em que ele se encontrava”.<sup>8</sup>

Tillich falava a partir da realidade europeia e estadunidense. Nunca pisara os pés na América Latina. Tillich se perguntava a partir de uma realidade onde, por séculos, o protestantismo havia se desenvolvido junto com sua cultura e história nacional. Rubem Alves, bem como nós, se perguntava a partir da realidade latino-americana, mais especificamente brasileira. Tillich falava do fim de uma “era protestante”. Para Alves isso nem era possível para o nosso caso, pois nem mesmo havíamos chegado a ver um começo dessa era.

Por “era protestante”, resumidamente, entenda-se uma cultura gestada pelo poder criativo do protestantismo. Este, então, poderia ser o caso da Alemanha de Bach e dos Estados Unidos dos peregrinos puritanos. Seria, porém, o caso brasileiro? Qual cultura o nosso protestantismo gestou?

Para Alves, o protestantismo brasileiro havia envelhecido antes que pudesse dar início a uma era. Para o teólogo mineiro este envelhecimento se demonstraria na sua “obsessão pelo passado e a sua preservação”.<sup>9</sup> Para ele este era o fenômeno do dogmatismo que dava a “cara” do protestantismo se sua época.

Rubem Alves compreende o “princípio protestante” como a redescoberta da “comunidade”,<sup>10</sup> entendendo esta como uma contraposição a “estrutura”.<sup>11</sup> O teólogo contradiz então o senso comum de avaliar o protestantismo como o advento do individualismo. Segundo Alves, na Reforma nascera um “novo conceito de comunidade”, conceito esse que ressignificou a teologia de diferentes modos: a) “A Igreja é essencialmente ‘comunidade’”, b) “O cristão só existe em comunidade” e c) “Que o homem”, e a mulher, “experimenta Deus como comunidade”.<sup>12</sup>

A partir da Reforma, então, contrapôs-se duas sociologias. A primeira seria a sociologia medieval com base na *ordem* do mundo. Para tudo havia seu lugar designado. A segunda

<sup>8</sup> ALVES, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 130.

<sup>9</sup> ALVES, 1982, p. 131.

<sup>10</sup> ALVES, 1982, p. 133.

<sup>11</sup> ALVES, 1982, p. 132.

<sup>12</sup> ALVES, 1982, p. 133-134.

sociologia era a reformatória que “representa a redescoberta da *história* como maneira de experimentar o mundo”.<sup>13</sup>

A sociologia medieval significa, dessa forma, que o universo, o mundo e a sociedade estão unificados por uma ordem que possui sua origem em Deus. Trata-se, portanto, de uma ordem sagrada. A ética humana, por sua vez, significaria viver segundo esta ordem, adaptar-se a esta ordem, seguir o que está pré-estabelecido. Nesta sociologia o ser humano está fechado, acabado, pronto, formado. Seu referencial é o passado. A sociologia da Reforma, contudo, por encarar o mundo como história no lugar de ordem, enxerga o ser humano como inacabado. Ele está aberto ao invés de fechado.

Na visão medieval, “o tempo histórico só tinha significação na medida em que o homem”, e a mulher, “conseguisse enchê-lo com ações ou coisas que fossem uma repetição da ordem global”. Tempo, aqui, é sinônimo de preservação: “O passado, por ser sagrado, deveria ser preservado para o futuro. Ou melhor: o futuro deveria ser a preservação do passado”.<sup>14</sup>

O passado, dessa forma, era *lei* e era experimentado, no presente, como *dívida*, isto é, pela sua exigência de repetição. Esta experiência do passado no presente geraria *culpa* para o futuro. Foi frente à *lei*, ou seja, à repetição do passado, que Lutero redescobriu, para Alves, o conceito bíblico de *promessa*. O foco, então, era deslocado do passado para o futuro. Se a ação de Deus é *promessa*, então o passado não possui a *ordem*, a *lei*, o *ser*. Este era um *dever*. Não é algo que se possa possuir, ter à mão. A *promessa* é *esperança*, é a libertação do passado e de sua repetição obsessiva.<sup>15</sup>

Rubem Alves analisava, dessa forma, duas formas de comunidade: “A primeira constituía-se em torno da participação mecânica no sacramento”, uma participação passiva, receptiva, de ajustamento; e a segunda “reunia-se em torno da pregação”.<sup>16</sup> Pregação significa linguagem, comunicação, diálogo e interpretação.

Para Alves: “A atividade interpretativa” da pregação “trazia consigo” a reinterpretção do ser humano e de sua condição. Não se tratava tão somente de uma interpretação do texto ou do mundo, mas do próprio intérprete. O texto interpreta o leitor, invertendo a ordem das coisas. Esta “hermenêutica” nova dá origem a “uma antropologia da liberdade”;<sup>17</sup> e, por que não, da libertação.

Na Reforma, segundo Alves, destaca-se que “a linguagem não é um simples meio que comunica certa mensagem. A própria estrutura da linguagem é a mensagem”. A linguagem liga e separa. Revela o outro companheiro e revela também a irreconciliação com o outro. Faz o outro um igual e, redundantemente, um outro. A linguagem nos coloca, assim, para Alves, “no meio de uma nova comunidade”. Essa nova comunidade transcende o aglomerado de pessoa ao atualizar (fazer da potência ato) “uma antropologia do homem”, e da mulher, “como ser aberto”.<sup>18</sup> Esta comunidade é experiência do transcendente, ele mesmo, um outro.

Há, obviamente, um conflito entre duas sociologias e duas teologias. Para Alves: “Se na Igreja medieval as estruturas eram a lei da comunidade, agora elas perdem sua densidade on-

<sup>13</sup> ALVES, 1982, p. 134.

<sup>14</sup> ALVES, 1982, p. 138.

<sup>15</sup> ALVES, 1982, p. 139.

<sup>16</sup> ALVES, 1982, p. 136.

<sup>17</sup> ALVES, 1982, p. 140.

<sup>18</sup> ALVES, 1982, p. 140-141.

tológica e a sua validade ética”. Rompendo com esse mundo das estruturas e da ordem, como se fundaria e se manteria a comunidade “protestante”? Para Alves, “Deus constrói a sua comunidade através da história”, da promessa.<sup>19</sup>

Isso significa que para Alves a comunidade “não pode ser compreendida sob uma perspectiva de continuidade histórica”, de sucessão temporal. A relação entre a comunidade e as estruturas é dialética. Por um lado, “a comunidade cria estruturas que a expressem e que funcionem como instrumento da sua liberdade”. Por outro lado, uma vez criadas, estas estruturas passam de instrumentos de liberdade para sua limitadora.<sup>20</sup>

É um tanto claro, para o teólogo mineiro, que “para se libertar a compreensão da Igreja da camisa de força estrutural”, ela, a Igreja, “não pode ser compreendida se tomamos como nosso ponto de partida a continuidade temporal daquela instituição (ou instituições) historicamente chamadas de igrejas”.<sup>21</sup>

Paul Tillich no artigo *O princípio protestante e a situação do proletariado* define o “princípio protestante” nos seguintes termos:

É a força crítica e dinâmica presente em todos os feitos protestantes, sem se identificar com nenhum deles (...). Trata-se de um poder vivo, dinâmico e atuante (...). Contém o protesto divino e humano contra qualquer reivindicação absoluta feita por realidades relativas, incluindo mesmo qualquer Igreja protestante. O princípio protestante é o juiz de qualquer realidade religiosa e cultural, incluindo a religião e cultura que se chamem “protestantes”.<sup>22</sup>

Assim, para Tillich, o princípio protestante transcende o caráter confessional, não sendo uma propriedade de protestantes. O princípio protestante, para o teólogo, seria o princípio crítico à toda e qualquer ideologia, inclusive à ideologia do protestantismo. O desmascaramento das ideologias se dá por sua referência às situações concretas, em dizer as coisas como elas são.<sup>23</sup> Para Tillich a situação do proletariado desperta o princípio protestante para reconhecer que o protestantismo próprio se torna uma ideologia.<sup>24</sup>

### **3. Do “Princípio Protestante” à Dogmatização: uma história de endurecimento do protestantismo**

O protestantismo brasileiro ficou marcado pelo seu conflito com o catolicismo latino-americano.<sup>25</sup> Os missionários identificavam a cultura brasileira, marcada pelo catolicismo e sincretismo popular, como pagã.<sup>26</sup> A conversão ao protestantismo, portanto, significava

<sup>19</sup> ALVES, 1982, p. 142-143.

<sup>20</sup> ALVES, 1982, p. 143-144.

<sup>21</sup> ALVES, 1982, p. 144-145.

<sup>22</sup> TILLICH, Paul. *A Era Protestante*. São Bernardo do Campo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1992, p. 183.

<sup>23</sup> LUTERO *apud* WESTHELLE, Vítor. *O Deus escandaloso: o uso e abuso da cruz*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2008, p. 119.

<sup>24</sup> TILLICH, 1992, p. 187.

<sup>25</sup> ALVES, 1982, p. 61-62.

<sup>26</sup> VELASQUES FILHO, Prócoro. Deus como emoção: origens históricas e teológicas do protestantismo evangélico. p. 81-109. In: MENDONÇA, Antônio G.; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 100.

uma conversão da cultura latino-americana (católica) para a cultura estadunidense (protestante).<sup>27</sup>

Da mesma forma, então, que o catolicismo havia se formado no Brasil por meio da conquista espiritual como um produto da colonização ibérica, também as missões protestantes estavam atreladas a uma colonização, nesse caso, do “destino manifesto” estadunidense.<sup>28</sup> O protestantismo brasileiro era, assim, uma negação da cultura brasileira,<sup>29</sup> no que se percebe pela sua baixa contribuição à cultura nacional.<sup>30</sup>

O protestantismo de missão é marcado especialmente pela ideia de “conversão”. Rubem Alves observa que a conversão não é uma experiência didática, ou seja, de aprendizagem de uma doutrina, mas sim uma experiência pessoal, de cura.<sup>31</sup> A conversão é ruptura com um antigo estado existencial marcado pelo pecado.<sup>32</sup> O tema central da conversão é a “certeza da salvação”.<sup>33</sup>

Para Alves, a busca por essa certeza em relação à salvação, ou seja, por um conhecimento que dissolve a dúvida passa a se sobrepor à experiência pessoal da conversão. A autoridade evocada pelo protestantismo é a Bíblia.<sup>34</sup> A pessoa convertida, então, precisa submeter a sua consciência a essa autoridade.<sup>35</sup> Com isso a relação que se estabelece por meio da conversão passa a ser, doravante, uma questão de confissão de uma doutrina e duvidar dessa doutrina é o rompimento da relação,<sup>36</sup> ou seja, é pecado.

Conhecimento verdadeiro só haveria, portanto, após a conversão. Isso significa que o que havia antes da conversão é ignorância e, dessa forma, a subjetividade anterior a conversão é anulada.<sup>37</sup> O papel da pessoa convertida não é contribuir com novos conhecimentos, a partir de sua experiência e sua subjetividade, uma vez que essa não importa. O seu papel, isso sim, é repetir o conhecimento da autoridade.<sup>38</sup>

Após a Reforma, pressionado pelo catolicismo e as circunstâncias históricas, o protestantismo defendeu sua existência substituindo a “continuidade estrutural pela *doutrina correta*, como marca da verdadeira igreja”. Na prática, foi apenas a substituição de uma estrutura por outra. Sob a égide da ortodoxia, da doutrina correta: “A *atividade* interpretativa, processo dialético permanente” cedeu lugar à “*codificação* da interpretação, sob a forma de proposições verdadeiras”.<sup>39</sup>

A rigor, a interpretação desaparece, já que só é possível haver uma interpretação. O fenômeno que se seguiu foi o enrijecimento da liberdade protestante pela ortodoxia confessional, tanto dogmática quanto moral.

<sup>27</sup> ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979, p. 237.

<sup>28</sup> MENDONÇA, Antônio G. *Vocação ao fundamentalismo: introdução ao espírito do protestantismo de missão no Brasil*. p. 133-144. In: MENDONÇA, Antônio G.; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 137.

<sup>29</sup> MENDONÇA, 1990, p. 143.

<sup>30</sup> MENDONÇA, 1984, p. 9.

<sup>31</sup> ALVES, 1979, p. 69.

<sup>32</sup> ALVES, 1979, p. 63.

<sup>33</sup> ALVES, 1979, p. 92-93.

<sup>34</sup> ALVES, 1979, p. 97-98.

<sup>35</sup> ALVES, 1979, p. 112.

<sup>36</sup> ALVES, 1979, p. 125.

<sup>37</sup> ALVES, 1979, p. 129.

<sup>38</sup> ALVES, 1979, p. 131.

<sup>39</sup> ALVES, 1982, p. 146-147.



Isso certamente contradiz com a auto-imagem que o protestantismo tem de si. Esse se entende como um movimento de “espírito da liberdade, da democracia, da modernidade e do progresso”.<sup>40</sup> Junto com Max Weber, Rubem Alves observa que o espírito do protestantismo não é da liberdade, mas sim da burocratização, do espírito ascético e da disciplina:<sup>41</sup> doutrínaria e moral.

O encarceramento do protestantismo em dogmatismo após os eventos de 1964 estão em continuação há processos já em andamento antes do golpe civil-militar.<sup>42</sup> Rubem Alves entende que o protestantismo possui uma obsessão pela “verdade”, o que tende a criar espaços ideologicamente homogêneos.<sup>43</sup> O “caça às bruxas” que se instalou nas igrejas após o golpe de 1964 acabou por enfraquecer os esforços ecumênicos e progressistas das igrejas protestantes “históricas” o que eclipsou seu papel social e abriu espaço para o pentecostalismo no protestantismo brasileiro.<sup>44</sup>

Não cabe nesse artigo um longo estudo sobre o desenvolvimento histórico e as ênfases teológicas do pentecostalismo. Contudo, em termos panorâmicos é possível afirmar que o pentecostalismo possui uma visão dualista de mundo onde este precisa ser negado e rejeitado.<sup>45</sup> Segundo o pesquisador pentecostal Fernando Albano, na concepção pentecostal o mundo é um espaço de batalha espiritual entre o bem e o mal.<sup>46</sup>

Esse caráter dualista faz com que a história do mundo adentre em um drama escatológico.<sup>47</sup> O dualismo não permite ambiguidade. É maniqueísta. O neopentecostalismo, a semelhança do pentecostalismo, também é dualista e vê o mundo como um espaço de domínio do mal. Contudo, no lugar de fugir do mundo, formando uma comunidade sectária, trava uma batalha contra o mal pelo controle do mundo.<sup>48</sup> Sua busca, assim, é mais que pela conversão individual, mas pela “dominação cristã do Estado”.<sup>49</sup>

#### 4. O Fundamentalismo como uma Ameaça à Democracia Brasileira

Sempre existiu participação dos protestantes na política brasileira, mas é visível a transformação que ocorreu a partir da década de 80. Se antes o principal ator era o protestantismo ecumênico que enfatizava a participação política, desde particularmente a constituinte de 1986, o ator protestante mais influente na política brasileira é o pentecostalismo.<sup>50</sup> Joanildo Burity observa que a atuação desse campo na política brasileira se dá através de

<sup>40</sup> ALVES, 1982, p. 81.

<sup>41</sup> ALVES, 1982, p. 89-90.

<sup>42</sup> ALVES, 1982, p. 99.

<sup>43</sup> ALVES, 1982, p. 101-102.

<sup>44</sup> ALVES, 1982, p. 169.

<sup>45</sup> MARIANO, Ricardo. *O futuro não será protestante*. p. 89-114. In: Ciências Sociales y Religión / Ciências Social e Religião. Porto Alegre, ano 1, n. 1, 1999, p. 100-101.

<sup>46</sup> ALBANO, Fernando. *O espírito no mundo: pneumatologia pentecostal em diálogo com Paul Tillich*. Tese (Doutorado). Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação. São Leopoldo, 2017, p. 156.

<sup>47</sup> ALBANO, 2017, p. 120.

<sup>48</sup> MARIANO, 1999, p. 102-103.

<sup>49</sup> MARIANO, 1999, p. 104.

<sup>50</sup> TRABUCO, Zózimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Saggá, 2016, p. 463-464.

candidaturas de lideranças evangélicas a cargos políticos, bem como pelo controle de partidos inteiros.<sup>51</sup>

Desde o momento da escrita do texto de Rubem Alves observa-se um crescimento contínuo de igrejas pentecostais e neopentecostais que se posicionam, majoritariamente no campo conservador. Isso provoca uma mudança substancial na cultura e na política brasileiras. Se em 1990 os católicos representavam 83,3% da população brasileira e os “evangélicos” 9%, em 2020 os números já eram de 49,9% para católicos e 31,8% para evangélicos. A projeção do IBGE para 2030 é que os católicos representem 38,6% e os evangélicos 39,8%, tornando-se a maioria pela primeira vez e podendo ser majoritários a partir de 2040.<sup>52</sup>

Em termos políticos isso é igualmente significativo. As eleições federais de 2022 confirmaram uma tendência que é o voto conservador da parte dos eleitores evangélicos. A forte identidade evangélica, que apesar de seu crescimento nas últimas décadas, ainda se auto-apresenta como uma minoria – e que por isso deve resistir e apoiar-se mutuamente –, conduz parte significativa do seu eleitorado a votar conforme interesses de grupo e, assim, manterem uma representação “evangélica” em lugar de “trabalhista”, “liberal” ou qualquer outra definição política laica.<sup>53</sup>

Apesar de haver vários fatores que condicionam o voto evangélico, especialmente em temas de “costumes”, o poder político evangélico constituído e articulado na Câmara Federal tem um forte fator de defesa de um Estado “cristão”. Essa articulação de ocupação do Estado democrático por parte de lideranças evangélicas constitui-se no projeto da Teologia do Domínio. O seu pressuposto é “que a atuação política é missão religiosa de Deus”.<sup>54</sup> Digno de nota é o livro do líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, *Plano de Poder* que trata sobre a vocação política dos cristãos.

A política, assim, ganha contornos de uma vocação, de uma incumbência sagrada e, portanto, inegociável que deve ser atendida pronta e integralmente pela pessoa crente. Significa também que o objetivo é instrumentalizar o Estado para atender a uma missão atribuída por Deus, que é fazer que o Brasil seja cristão, ou pelo menos governado segundo princípios cristãos. Essa teologia entende o mundo de maneira dualista, no qual os cristãos estariam em uma “batalha” contra o mal, representado pelos valores “mundanos”, ou pior, malignos, tais quais, o liberalismo nos costumes e o comunismo.

Está claro também que a secularização foi mais uma previsão que não se concretizou na realidade brasileira. Embora o número de pessoas que se declaram como “sem religião” cresça no Brasil, a sociedade está longe de ser secularizada. Pelo contrário, a religião influencia a cultura e a política brasileiras para além dos limites de comunidades circunscritas. Apesar de afirmado

<sup>51</sup> BURITY, Joaílido. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? p. 15-66. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análise conjunturais*. Campinas: UNICAMP, 2018, p. 35-36.

<sup>52</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. *Projeções indicam que os evangélicos serão maioria no Brasil nos próximos dez anos*. In: Projeto Colabora, 2022. Disponível em: <<https://projctocolabora.com.br/ods16/transicao-religiosa-evangelicos-serao-maioria-nos-proximos-dez-anos/>>. Acesso em 29 de jun. de 2024.

<sup>53</sup> PRAZERES, Leandro. *Eleições 2022: por que Lula lidera entre católicos e Bolsonaro entre evangélicos?* In: BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62896472>>. Acesso em 29 de jun. de 2024.

<sup>54</sup> BELTRÁN *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para ação*. Salvador: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020, p. 39.

constitucionalmente, o Estado laico é um projeto igualmente longe de ser concretizado no Brasil, e não há mecanismos que garantam sua efetivação.

### Considerações Finais

Este artigo explorou a complexa trajetória do protestantismo no Brasil e suas implicações políticas contemporâneas. Na primeira seção, “O Protestantismo e sua Relação com a Política no Brasil”, realizamos uma contextualização do problema da pesquisa, ou seja, o questionamento sobre a relação entre o protestantismo e a política brasileira e por que isso desperta à pesquisa. Na segunda seção, “O Protestantismo como ‘Princípio’: uma leitura de Alves e Tillich”, discutimos as ideias dos autores sobre a capacidade crítica e renovadora do protestantismo a partir de textos-chave sobre o tema. A terceira seção, “Do ‘Princípio Protestante’ à Dogmatização: uma história de endurecimento do protestantismo”, traçou a transformação do protestantismo no Brasil de uma força crítica para uma entidade conservadora e dogmática. Por fim, na quarta e última seção, “O Fundamentalismo como uma Ameaça à Democracia Brasileira”, analisamos o impacto político das igrejas evangélicas e as implicações dessa ascensão para a democracia brasileira.

Os resultados deste estudo indicam que o protestantismo no Brasil passou por uma significativa evolução, desde suas origens críticas até seu envolvimento profundo na política contemporânea. As críticas de Alves e Tillich revelaram-se proféticas, com o protestantismo brasileiro atual muitas vezes alinhando-se a estruturas de poder e assumindo posturas dogmáticas. O crescimento das igrejas evangélicas e sua influência política levantam preocupações sobre a manutenção dos princípios democráticos e a laicidade do Estado. Ao mesmo tempo, o protestantismo continua a ser uma força social significativa, capaz de mobilizar grandes segmentos da população e influenciar o debate público.

Este estudo abre várias frentes para futuras pesquisas. A relação entre religião e política no Brasil merece um estudo contínuo, especialmente considerando os impactos a longo prazo do envolvimento evangélico na política nacional. Além disso, é essencial explorar formas pelas quais o protestantismo pode recuperar seu papel crítico e renovador na sociedade brasileira, contribuindo para um debate público mais plural e inclusivo, respeitando os princípios de um Estado laico e democrático.

Repetindo a pergunta de Rubem Alves: “Haverá um futuro para o Protestantismo?”. Ele responde dizendo: “Somente se compreendermos que as estruturas que se chamam protestantes são, em grande medida, as responsáveis pelo eclipse das comunidades protestantes”.<sup>55</sup> A conclusão irremediável do texto de Alves é:

O futuro do Protestantismo nos apresenta, assim, duas possibilidades. Ou se perpetuam as estruturas historicamente batizadas como protestantes, mas que são, na sua essência, uma ressurreição do Catolicismo medieval, ou os grupos reunidos e dispersos se descobrem para constituir uma comunidade que expresse as marcas éticas da liberdade e do amor, frutos do Espírito de Deus.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> ALVES, 1982, p. 147.

<sup>56</sup> ALVES, 1982, p. 148.

Para Alves, portanto, o único futuro do protestantismo é o abandono das estruturas que se adonaram do título de protestantes, especialmente da reta doutrina. Tillich diria que o protestantismo “deve decidir pelo princípio protestante contra o protestantismo histórico”.<sup>57</sup>

Para Tillich o que revela se o protestantismo está alinhado com seu princípio ou não é o caráter de desmascaramento que a “situação do proletariado” causa. É na situação da vida das pessoas empobrecidas que se revela “a perversão da natureza humana”, ou seja, a situação de exploração, negação da liberdade.<sup>58</sup> Em outras palavras revela o poder destrutivo dos poderes estabelecidos. Para Tillich, ainda, a “distorção da existência vital” que milhões de pessoas vivem de insegurança social não pode ser considerado um problema não-teológico.<sup>59</sup>

O endurecimento dogmático do protestantismo e sua aliança a projetos de poder não é apenas um tema sobre qual é a melhor hermenêutica bíblica ou qual a teologia mais sofisticada que o protestantismo pode alinhar-se. O seu desvio do “princípio protestante” é o desvio de seu “protesto” em favor da vida, conforme foi o protesto no século XVI. É, portanto, na investigação de a quem o protestantismo dirige ou seu “protesto” que se compreende o que é o fundamentalismo e os motivos pelos quais ele é perigoso, não apenas teoricamente à democracia, mas concretamente na vida real de pessoas reais.

Diante do protestantismo, temos não só uma história, mas uma natureza ambígua. De um lado está o seu caráter de “protesto”, o seu “princípio protestante”, um princípio que se levanta contra o autoritarismo religioso e a visão rígida de mundo. Esse protesto parte de um estado de ser minoritário e sob a ameaça de desaparecer. É por isso que o protestantismo carrega, potencialmente, um apelo à liberdade, ao direito da consciência. Trata-se de um apelo que poderíamos chamar de democrático. É um poder dinâmico, libertador, ou seja, trata-se, potencialmente, de um poder de levar para além de fronteiras.

Por outro lado, atualmente (isto é, em ato, em fato) há, igualmente – e simultaneamente – o caráter autoritário do protestantismo e a sua redução doutrinária e moral que estabelece fronteiras definidoras daquilo que está “dentro” e daquilo que está “fora”. A própria história bem como a natureza protestantes confundem-se entre missão e colonialismo e replicam a experiência evangelizadora e colonizadora da conquista ibérico-católica da América Latina.

Tal ambiguidade da história e natureza protestantes não é um problema a ser resolvido, ou seja, como se fossem contraste a serem harmonizados, diferenças a serem iguais. Essa ambiguidade é a própria condição de existência do protestantismo – e o mesmo poder-se-ia dizer de qualquer realização humana. A vida mesma é ambígua. As realizações são contraditórias.

Há um futuro para o “princípio protestante” frente à dogmatização do protestantismo e a ascensão do fundamentalismo no espaço político do Brasil? Ora, seria uma completa redução entender o “princípio protestante” como uma sobrevivência do protestantismo. O “protesto” sempre permanecerá, dentro ou fora de instituições que se chamem de protestantes. Os termos pelos quais esse protesto poderá ser significativo e edificar “comunidades”, como Alves definia a essência protestante, deveria ser o esforço da pesquisa teológica protestante. Diante do contexto atual esse esforço urge, pois sem “comunidade” não há “democracia”.

<sup>57</sup> TILLICH, 1992, p. 198.

<sup>58</sup> TILLICH, 1992, p. 185.

<sup>59</sup> TILLICH, 1992, p. 187.

## Referências

- ALBANO, Fernando. *O espírito no mundo: pneumatologia pentecostal em diálogo com Paul Tillich*. Tese (Doutorado). Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação. São Leopoldo, 2017.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. *Projeções indicam que os evangélicos serão maioria no Brasil nos próximos dez anos*. In: Projeto Colabora, 2022. Disponível em: <<https://projctocolabora.com.br/ods16/transicao-religiosa-evangelicos-serao-maioria-nos-proximos-dez-anos/>>. Acesso em 29 de jun. de 2024.
- ALVES, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- BURITY, Joanildo. Ainda uma chance para o “princípio protestante”? Sobre fé, ideologia e muitas histórias pelo meio... e nas margens. p. 69-91. In: REBLIN, Iuri Andréas; SINNER, Rudolf von. *Reforma: tradição e transformação*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2016.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? p. 15-66. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análise conjunturais*. Campinas: UNICAMP, 2018.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para ação*. Salvador: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020.
- MARIANO, Ricardo. *O futuro não será protestante*. p. 89-114. In: Ciencias Sociales y Religión / Ciências Social e Religião. Porto Alegre, ano 1, n. 1, 1999.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa.; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- PRAZERES, Leandro. *Eleições 2022: por que Lula lidera entre católicos e Bolsonaro entre evangélicos?* In: BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62896472>>. Acesso em 29 de jun. de 2024.
- TRABUCO, Zózimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Sagga, 2016.
- TILLICH, Paul. *A Era Protestante*. São Bernardo do Campo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1992.
- WESTHELLE, Vítor. *O Deus escandaloso: o uso e abuso da cruz*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2008.
- WESTHELLE, Vítor. *O evento igreja: chamado e desafio a uma igreja protestante*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2017.

Submetido em: 30/06/2024

Aprovado em: 25/11/2024